



**DESTAQUE RURAL Nº 79**

07 de Fevereiro de 2020

## **POLÍTICA AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE: É TAMBÉM UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA**

João Mosca

As opções de políticas públicas e as medidas para a agricultura nas últimas décadas, têm denominadores comuns de determinada(s) natureza(s) política(s) e ideológica(s). Este trabalho refere-se ao período pós liberalização dos mercados com o Programa de Reabilitação Económica, em particular depois do Acordo Geral de Paz.

As governações acreditam e a realidade e as opções de políticas assim o comprovam, que aumentos na produção agrária, a produtividade e a competitividade da agricultura, sejam alcançadas com investimento externo em médias e grandes empresas, com tecnologia intensiva em capital (máquinas) e em insumos (fertilizantes e pesticidas), cujo objectivo é a exportação de *commodities* e que o mercado doméstico (bens de consumo e matérias-primas para a indústria) pode ser abastecido pela importação de bens alimentares, através de cadeias de valor internacionalizadas ou de negociantes (“mukeristas”), neste caso, de produtos alimentares dos países vizinhos e em sistema de armazenagem de grande dimensão, com tecnologia de ponta de acessibilidade difícil para os pequenos produtores. Os subsídios (tarifa de energia e água, subsídios ao combustível, taxas aduaneiras para insumos e máquinas, etc.), são apenas acessíveis aos médios e grandes produtores em consequência dos procedimentos administrativos necessários. As condições de elegibilidade de acesso ao crédito são igualmente somente acessíveis aos médios e grandes produtores. Contrariamente, os pequenos produtores são secundarizados, o que é comprovado pela fragilidade da extensão rural, dos serviços de apoio ao produtor (sanidade, tanques carracidas, investigação socioeconómica, etc.), pelos volumes de crédito, falta de garantia de comercialização, pela ausência de uma política de preços e mercados, entre outros aspectos. Isto é, assiste-se, em grande medida, a uma desresponsabilização das funções de Estado, seja pela ineficácia/incompetência da administração pública, ou por falta de recursos, ou, pelo definhamento do Estado através das parcerias público-privadas, cujos resultados são geralmente negativos (caso dos Centros de Prestação de Serviços Agrários, da gestão dos silos e dos regadios, etc.). Positivamente, ressalta-se a funcionalidade e a eficácia das redes de extensão rural privadas (nas culturas de algodão e do tabaco fazendo também extensão para outras culturas), devido ao próprio interesse das empresas que monopolizam todas as fases das respectivas cadeias de valor

Em consequência, a produção e a produtividade da produção de *commodities* têm aumentado (açúcar, algodão, feijão boér e tabaco) assim como de bens alimentares, realizados pelos médios produtores (tomate, batata-reno, cebola e outras hortícolas, carne de frango, etc.). Por outro lado, pode considerar-se que a produtividade dos principais bens produzidos pelos pequenos produtores (milho, arroz, feijões, amendoim, entre outros), não tem sofrido alterações significativas nos últimos anos.

Está subjacente às políticas, a crença (ou a ideologia) que só a média e grande exploração possui disponibilidade para a inovação técnica da modernização, apenas a média e grande escala produtiva pode dar competitividade e que é necessário criar a burguesia rural como suporte

político de um sistema capitalista. Considera-se, conscientemente ou não, com ou sem teoria elaborada para as realidades, que os pequenos produtores são, por natureza, adversos ao risco e, portanto, não inovadores e sem capacidade de investimento, politicamente conservadores e com tendência de voto não fidelizado. Os casos extremos consideram mesmo, que os pequenos produtores não possuem lógicas reprodutivas, racionalidades nas opções produtivas e de diversificação de rendimentos, sensibilidade aos sinais de mercados e rigidez da oferta. Apenas se pensa na integração do pequeno produtor no mercado e nas cadeias produtivas, supondo que será esta a via de "alavancar" a produção familiar e transformar os pequenos produtores em agricultores comerciais, os designados "emergentes", isto é, o processo de formação da pequena burguesia rural. Para além da ideologia no seu conceito estritamente político, há o conceito mais amplo (enquanto modo de pensar e agir, filosofia de vida e de trabalho, responsabilidade cívica, etc.), como resposta pragmática de controlar a distribuição dos recursos como mecanismo de reprodução do poder e obtenção pessoalizada ou de grupos de interesses económicos e políticos

O debate prevalente limita-se à análise técnica e económica, secundarizando (ou não equacionando) as externalidades sociais e ambientais. A pobreza, a desnutrição, a insegurança alimentar e as desigualdades sociais, não são, ou são pouco, analisadas como consequência do modelo de produção e de modernização que se vem tentando implementar há décadas. Não existe a análise do padrão de acumulação dominante, centrado num número reduzido de agentes económicos da cadeia de valor, sobretudo nas fases da transformação e da distribuição, com termos de troca desfavoráveis para o produtor primário e para o meio rural, e cujos interesses se centram em outros sectores da economia e em meios urbanos. As cadeias de valor são, assim, um mecanismo de transferência de valor do sector agrícola para outros sectores da economia.

O debate destas concepções/ideologias remonta a meados/finais do século XIX e não terminou, nem terminará, em todos os quadrantes e à escala mundial. As opções em Moçambique estão fortemente influenciadas por agentes externos, seja por via do investimento privado direcionado para cadeias de valor externalizadas, seja por linhas de crédito com critérios de acessibilidade restritivos por produto ou por produtores (pela via indirecta das condições de elegibilidade) ou por objectivos dos projectos de cooperação (apoio aos médios agricultores). Internamente existem os supostos "ideólogos" desenraizados das realidades que, com fraco conhecimento, pouco estudo e limitada experiência prática, encontram argumentos não fundamentados, utiliza-se a falácia ou procura-se apelar para a replicação de alguns casos pontuais bem-sucedidos, incluindo os verificados em realidades que nada têm a ver com as condições moçambicanas.

A realidade moçambicana revela, claramente, que, na maioria dos casos, os investimentos na produção primária em explorações agrícolas de média e grande dimensão (excepto, parcialmente no açúcar quando da recuperação das empresas existentes no tempo colonial), não foram bem-sucedidos. O agronegócio, com base na subcontratação (algodão, feijão bóer, gergelim e tabaco) resultou positivamente, na maioria dos casos, em termos produtivos, no aumento de renda e com reduzidas conflitualidades, mas com efeitos ambientais negativos e aumento das desigualdades sociais. Os pequenos produtores revelaram grande sensibilidade aos sinais de mercado (garantia de comercialização e preços incentivadores), com resposta rápida da produção, devendo haver melhorias na capacidade organizativas dos pequenos para a defesa dos seus interesses na negociação com as empresas compradoras e mais cuidados ambientais (desmatagem e solos). A introdução de tractores e outros equipamentos sem formação de operadores e técnicos de assistência, revelou-se pouco eficaz, ineficiente e excludente. Similares resultados tiveram os silos de grande dimensão e os sistemas de regadio.

Pode-se deduzir que nem sempre a média e grande exploração é a opção mais eficaz, eficiente, inclusiva e ambientalmente não agressiva e que, por outro lado, os pequenos produtores reagem positivamente quando exista incentivos e apoios. Vários estudos, em diversas realidades e em Moçambique, revelam grande racionalidade nas opções produtivas e nos equilíbrios entre o Homem, a produção e a natureza, como forma, não necessariamente consciente, mas resultantes de práticas seculares, para assegurar, a longo prazo, a reprodução dos sistemas de produção e dos modos de vida. Porém, estes equilíbrios podem ser quebrados em situações de extrema pobreza e migrações forçadas. Isto é, o camponês, tido como o guardião da natureza, pode transformar-se em predador da mesma. O exemplo mais evidente, é a desmatção para comercialização de produtos florestais (carvão, estacas, lenha, etc.), como forma de compensar perdas de níveis de rendimento.

Finalmente, pode-se prever que a ideologia dominante (no sentido amplo do termo) sobre o desenvolvimento agrário e do meio rural constitua um bloqueio às mudanças necessárias nas políticas e estratégias governativas para o sector, considerando o discurso de tomada de posse de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e as medidas de implementação aguardadas dos ministérios directamente envolvidos (Agricultura e Desenvolvimento Rural e da Terra e Ambiente). Mencionar a ideologia no seu sentido amplo, não invalida a existência do factor ideológico como orientação política das opções do desenvolvimento agrário e rural durante o período a que se refere este texto. Resta deixar o voto de confiança na capacidade, determinação e coragem dos dois ministros e do Governo em geral.